

## INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DA PARAIBA

**Estudo Técnico Preliminar 32/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23381.003492.2025-10

**2. Descrição da necessidade****2.1 Objeto**

2.1.1 Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços técnicos de planejamento, organização, elaboração, diagramação, impressão, logística e realização de concurso público, bem como todo e qualquer ato pertinente à organização e aplicação das provas para realização de Concurso Público, para provimento de cargos efetivos de técnico(a)-administrativo(a)s de nível médio e superior, e de Professore(a)s do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico para integrarem o quadro de pessoal deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, reitoria e seus campi, conforme condições, quantidade e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.1.2 O objeto da contratação tem a natureza de serviço não continuado.

2.1.3 No preço ofertado, além de estar compatível com o de mercado, deverão estar inclusos todos os custos necessários, tais como: acessórios, impostos, tributos, custos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, taxas, frete, deslocamento de pessoal e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o valor do item.

2.1.4 O prestador de serviços deverá estar legalmente estabelecido e explorar ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta contratação, além de atender os requisitos mínimos para habilitação previstos na legislação.

**2.2 Descrição da necessidade**

Considerando a exigibilidade de concurso público para provimento de cargos efetivos no âmbito do serviço público federal, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) não possui estrutura própria para execução direta do certame, além da necessidade de reposição e expansão de pessoal decorrente da vacância de cargos nos últimos anos, e ainda circunstâncias que dificultaram a entrada de novos servidoras(es) em função do tempo decorrido sem certames de ingresso na instituição, pois o último concurso para Técnico(a) Administrativo(a) em Educação (TAE) e para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (PEBTT) foi realizado em 2018/2019. Atualmente o IFPB não dispõe de cadastro de reserva com candidatos aprovados em concurso público disponíveis para nomeação.

O IFPB dispõe atualmente de 43 códigos de vagas de professores EBTT e 52 códigos de vaga de Técnicos Administrativos em Educação. E se encontra com campi com número abaixo do quantitativo de servidoras(es) previsto na portaria nº 713/2021 do Ministério da Educação.

Considerando, ainda, que a realização deste concurso público está alinhada aos objetivos estratégicos institucionais presentes no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFPB, faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação dos referidos serviços.

Dada a necessidade, observa-se indispensável a realização de Concursos Públicos para ambas as carreiras de servidores do quadro permanente do IFPB.

A Pró Reitoria de Ensino e a Diretoria de Gestão de Pessoas adotaram as providências para realizar o diagnóstico da demanda de vagas por cargos de Técnicos(as) Administrativos(as) em Educação e de Professor(es) da Educação Básica, Técnica e Tecnológica com os campi e Reitoria.

No caso específico dos cargos de TAE, verificou-se a disponibilidade de códigos de vagas por tipo de cargo de acordo com as categorias C, D e E no âmbito do IFPB. Nesse sentido, o Quadro I traz o indicativo do quantitativo de cargos e de vagas que serão utilizados para ingresso de técnicos(as) por meio de aprovação no Concurso Público.

**Quadro I – Vagas para cargos de TAE**

#	TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO	NÍVEL	TOTAL POR CARGO
1	ADMINISTRADOR	E	1 (uma)
2	ARQUIVISTA	E	1 (uma)
3	ASSISTENTE SOCIAL	E	1 (uma)
4	ENFERMEIRO	E	1 (uma)
5	MÉDICO	E	1 (uma)
6	NUTRICIONISTA	E	1 (uma)
7	PEDAGOGO	E	1 (uma)
8	ANALISTA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	E	2 (duas)
9	TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	E	2 (duas)
10	BIBLIOTECÁRIO-DOCUMENTALISTA	E	1 (uma)
11	ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO	D	16 (dezesesseis)
12	TÉCNICO EM CONTABILIDADE	D	2 (duas)
13	TÉCNICO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	D	7 (sete)
14	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	D	1 (uma)
15	TÉCNICO DE LABORATÓRIO: EDIFICAÇÕES	D	4 (quatro)
16	TÉCNICO DE LABORATÓRIO: FÍSICA	D	1 (uma)
17	TÉCNICO DE LABORATÓRIO: INFORMÁTICA	D	4 (quatro)
18	TÉCNICO DE LABORATÓRIO: MINERAÇÃO	D	2 (duas)
19	TÉCNICO DE LABORATÓRIO: QUÍMICA	D	1 (uma)
20	TÉCNICO DE LABORATÓRIO: RECURSOS PESQUEIROS	D	1 (uma)
21	ASSISTENTE DE ALUNO	C	1 (uma)
	<b>TOTAL</b>		<b>52 (cinquenta e duas)</b>

Nestes termos, este concurso deverá compreender um montante de 52 vagas distribuídas em 20 cargos distintos. Insta ressaltar que a demanda por TAEs diagnosticada acima apenas ameniza as deficiências do quadro efetivo da instituição, o que mostra a urgência de realizar concurso público.

A formação de Cadastro de Reserva de aprovados nos dará condições de nomear outros(as) candidatos(as) com os códigos de vagas ainda existentes e aguardando autorização orçamentária no futuro.

Em relação ao diagnóstico da demanda de Professores EBTT, a Pró-Reitoria de Ensino tem discutido com as direções gerais e de ensino dos campi as necessidades de docentes por área, realizou reuniões para atualizar a demanda docente que deve ser atendida com o concurso público.

Disto, depreendemos as principais áreas de conhecimentos demandadas para provimento de professor EBTT efetivo, conforme Quadro II.

**Quadro II – Vagas para cargos de Professor EBTT**

#	PROFESSOR EBTT / ÁREA	TOTAL POR ÁREA
1	ARQUITETURA E URBANISMO	1 (uma)
2	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	2 (duas)
3	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS - PERFIL 01 – (AUTOMAÇÃO, MECATRÔNICA E MECÂNICA)	1 (uma)
4	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS - PERFIL 02 (ELETRÔNICA E ELÉTRICA)	1 (uma)
5	CONTROLE E PROCESSOS INDUSTRIAIS - PERFIL 03 (AUTOMAÇÃO, PRODUÇÃO ELÉTRICA, MECATRÔNICA, ELETRÔNICA)	3 (três)
6	DESIGN GRÁFICO E MULTIMÍDIA	2 (duas)
7	DIDÁTICA	1 (uma)
8	EDUCAÇÃO FÍSICA	1 (uma)
9	ENFERMAGEM	1 (uma)

10	ENGENHARIA CIVIL	3 (três)
11	ENGENHARIA CIVIL E SEGURANÇA DO TRABALHO	1 (uma)
12	FILOSOFIA	2 (duas)
13	FÍSICA	4 (quatro)
14	GEOLOGIA	1 (uma)
15	INFORMÁTICA - PERFIL 1 (BÁSICA E PROGRAMAÇÃO)	8 (oito)
16	INFORMÁTICA - PERFIL 2 (BÁSICA E REDES)	2 (duas)
17	LÍNGUA PORTUGUESA	1 (uma)
18	LÍNGUA PORTUGUESA/LIBRAS	1 (uma)
19	MATEMÁTICA	3 (três)
20	MEDICINA VETERINÁRIA	2 (duas)
21	MEIO AMBIENTE	1 (uma)
22	QUÍMICA	1 (uma)
	<b>TOTAL</b>	<b>43 (quarenta e três)</b>

Nesta perspectiva, há previsão de que o concurso para Professor EBTT possua 43 vagas distribuídas em 22 áreas de conhecimentos diferentes. Mesmo assim, insta ressaltar que a demanda docente diagnosticada acima apenas ameniza as deficiências do quadro de professores efetivo da instituição, o que mostra a urgência de realizar concurso público.

Quer no diagnóstico da demanda TAE, quer no que se refere à demanda docente EBTT, nota-se a imperiosidade de promover concursos públicos para amenizar o quadro de servidores(as) defasado pela ausência de certames nos últimos anos no âmbito do IFPB.

Salienta-se que até a publicação do edital de abertura dos concursos públicos, há a possibilidade de ampliação com nova(o)(s) vaga(s) /cargos em relação aos já listados previamente nos Quadros I e II.

Para a organização de forma célere, segura e eficiente, consideramos que há necessidade de buscar suporte com entidades públicas ou privadas que já tenham expertise na elaboração de certames no país. Além disso, importa ressaltar que as atividades de planejamento, coordenação, supervisão e realização de concursos públicos, elaboração de questões de prova, aplicação, fiscalização e avaliação de provas, julgamentos de recursos e divulgação de resultados não são inerentes às atribuições dos cargos pertencente ao quadro de pessoal do IFPB, sendo possível a execução indireta dessas atividades por meio da contratação de entidade promotora especializada na realização de certames de ingresso no serviço público federal.

Em regra, todos os contratos firmados pela Administração Pública são precedidos de processo licitatório, conforme preceitua o inciso XXI, do artigo 37, da Constituição Federal. No entanto, embora a competição entre empresas ou entidades promotoras de concurso público seja um importante instrumento de imparcialidade e de impessoalidade no âmbito da administração pública, adicionamos a este estudo a opção de buscar a contratação de fundação ou de instituição que tenha notório reconhecimento para organizar e executar processos seletivos, atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional por meio de dispensa de licitação, conforme inciso XV do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;

Para incidência deste dispositivo, a instituição deve ter uma inquestionável capacidade para realização de concursos públicos, contemplando:

1. atividades de elaboração de editais e comunicados;
2. divulgação de concursos públicos, atendimento a candidatas(os) e terceiros interessados (pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas);
3. recebimento de formulários de inscrição e respectivos valores;
4. elaboração, aplicação e correção de provas objetivas, dissertativas, desempenho didático e títulos;
5. divulgação de resultados;
6. análise de recursos, judiciais e administrativos;
7. guarda de materiais utilizados e manutenção de sigilo e demais atividades acessórias.

8. A instituição contratada também deverá demonstrar larga experiência na realização de concursos públicos e oferecer, entre outros: corpo técnico qualificado, estrutura física própria onde são manuseadas as provas para revisão, diagramação, impressão, empacotamento, identificação e malotamento controlado e com monitoramento 24 horas;
9. assessoria Jurídica própria de apoio às necessidades de demandas com a(o) candidata(o) e com os órgãos fiscalizadores;
10. profissionais qualificados para atender demandas de candidatas(os) deficientes e para capacitar e viabilizar treinamento de aplicadores;
11. execução e processamento das correções de prova objetivas de forma automatizada, bem como correção de provas dissertativas, recursos audiovisuais para registros de aplicação de provas de desempenho prático.

**Informamos abaixo os itens discriminados necessários para realização do concurso:**

I) Serviço de processamento de dados, incluindo:

a) Criação/formatação/disponibilização de sistema na Web para cadastramento de inscrições online dos candidatos, pedidos de isenção de taxa e de atendimento especial, recebimento e resposta de impugnação de edital, recebimento e resposta de recursos, resultados, consultas, bem como divulgação das informações necessárias ao concurso, na homepage da contratada, disponibilizando, no mínimo, a critério do IFPB, e a qualquer tempo:

- Geração de comprovantes e emissão de GRU (guia de recolhimento da união) para pagamento das taxas de inscrição;
- Confirmação de inscritos com disponibilização do comprovante definitivo de inscrição (cartão de inscrição do concurso) contendo, no mínimo, o seguinte: instruções sobre procedimentos inerentes a material permitido durante a realização da prova, local de realização da prova com data e horário máximo permitido de entrada na sala de prova, documentos pessoais necessários para identificação e acesso à sala de provas, horário de fechamento dos portões e emissão de listagens de candidatos inscritos;
- Acompanhamento e processamento de inscrições;
- Fornecimento de listagens para aplicação de provas, geral, por sala e por curso, atas, lista de presença, formulários de correção, etiquetas identificadoras do candidato, fornecimento e personalização de formulários de respostas padronizados para leitura óptica em malotes identificados por sala, dentre outros imprescindíveis para a realização do certame.

II) Elaboração de Provas com questões objetivas: em conformidade com a área de atuação e especificações deste memorial descritivo, dispondo de docentes servidores do IFPB, todos com graduação nas respectivas áreas de atuação dos cargos do concurso e no mínimo título de Mestre, na área de atuação dos cargos do concurso, devidamente reconhecido pelo MEC. A empresa poderá abrir cadastro para levantamento e seleção de servidores interessados e, diante da inexistência, o procedimento poderá ser feito por profissionais já selecionados pela contratada.

III) Impressão, transporte e malotamento do Caderno de Provas e correspondentes cartões- respostas: com uso de lacres nos malotes e demais recursos de segurança necessários e apropriados à total segurança, sigilo e inviolabilidade do concurso, com organização e identificação por local e sala;

IV) Correção e divulgação dos resultados das provas: correção das provas, processamento dos dados e emissão de resultados preliminares e finais; emissão de resultados impressos e disponibilização em meio digital;

V) Análise dos documentos da Prova de título: em conformidade com a área de atuação e especificações deste memorial descritivo, dispondo de docentes, todos com graduação nas respectivas áreas de atuação dos cargos do concurso e no mínimo título de Mestre, preferencialmente na área de atuação dos cargos do concurso, devidamente reconhecido pelo MEC;

VI) Fornecimento de fiscais de sala de prova, fiscais de corredor, fiscais de banheiro, coordenadores de aplicação de prova e auxiliares de coordenadores de aplicação de prova: para todos os candidatos inscritos no Concurso Público, conforme cronograma a constar no Edital normativo a ser elaborado, incluindo as responsabilidades pelas obrigações trabalhistas dos serviços contratados, além dos encargos e obrigações de natureza previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da prestação dos serviços contratados;

VII) Fornecimento de Pessoal para Atendimento Especializados (suas funções compreendem as atribuições do leitor, tradutor-intérprete de libras, guia-intérprete de surdocegos, transcritor e tradutor-intérprete labial, etc), para todos os candidatos inscritos no Concurso Público com necessidades específicas, conforme cronograma a constar no Edital normativo a ser elaborado, incluindo as responsabilidades pelas obrigações trabalhistas dos serviços contratados, além dos encargos e obrigações de natureza previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da prestação dos serviços contratados;

VIII) Fornecimento de pessoal servente de limpeza, material de limpeza e todos utensílios necessários para apoio administrativo composto de Serviços de limpeza e arrumação: necessários ao Concurso Público, incluindo as responsabilidades pelas obrigações trabalhistas dos serviços contratados, além dos encargos e obrigações de natureza previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da prestação dos serviços contratados;

IX) Fornecimento de um profissional de saúde (Enfermeiro ou Técnico em Enfermagem), para cada local de prova necessário ao Concurso Público, incluindo as responsabilidades pelas obrigações trabalhistas dos serviços contratados, além dos encargos e obrigações de natureza previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da prestação dos serviços contratados;

X) Fornecimento de pessoal para apoio administrativo: composto de Serviços de Representante da Escola e Porteiro para o Concurso Público, incluindo as responsabilidades pelas obrigações trabalhistas dos serviços contratados, além dos encargos e obrigações de natureza previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da prestação dos serviços contratados.

XI) Organização dos locais de aplicação de provas e procedimentos durante e após a aplicação das provas. Para isso, a contratada ficará responsável por:

- a) disponibilizar condição especial de prova aos candidatos que a requererem e fizerem jus;
- b) identificar nos locais de prova, por meio de etiqueta/listas, observada a ordem alfabética de candidatos;
- c) identificar todos os candidatos no respectivo local de prova por meio de documento com foto, procedendo-se a impressão datiloscópica, caso seja estritamente necessário, em atenção à jurisprudência sobre o tema;
- d) disponibilizar nos locais de prova cadeiras adequadas/adaptadas aos candidatos canhotos e/ou com mobilidade reduzida;
- e) disponibilizar, em cada local de prova, pelo menos 1 (uma) sala específica para candidatas lactantes;
- f) zelar pelas condições de segurança e pela integridade física dos candidatos nos locais de prova durante toda a realização, disponibilizando profissional da saúde (enfermeiro ou técnico em enfermagem) legalmente habilitado, além de comunicar os órgãos de saúde e corpo de bombeiros, conforme a necessidade;
- g) utilizar detectores de metais nos locais de realização das provas;
- h) providenciar, para cada candidato, sacos plásticos com lacre para armazenamento dos equipamentos eletrônicos portados pelos mesmos, que serão guardados embaixo de suas respectivas cadeiras;
- i) selecionar e capacitar os fiscais e pessoal de apoio que atuarão na aplicação das provas, inclusive com treinamento específico para proceder à identificação dos candidatos, indicando à comissão do concurso, com antecedência mínima de 3 (três) dias, data, hora e local para a capacitação dos fiscais e pessoal de apoio, ficando a critério da comissão do concurso o acompanhamento desses trabalhos;
- j) nas salas onde serão aplicadas provas às candidatas lactantes e aos candidatos que requererem condição especial, deverá haver número de fiscais e aplicadores adequados a essas especificidades;
- k) disponibilizar equipes para aplicação das provas.

XII) A contratada deverá dispor de profissionais legalmente habilitados para receber, analisar e responder a recursos e ações judiciais oriundos do certame, em especial os relativos:

- a) ao indeferimento de inscrição;
- b) ao indeferimento do requerimento para concorrer à vaga reservada por políticas de ações afirmativas;
- c) ao indeferimento da solicitação de condições especiais de provas e atendimentos especializados;
- d) às questões das provas;
- e) aos gabaritos oficiais das questões;
- f) aos resultados do Concurso Público e;
- g) a outros assuntos referentes ao certame.

XIII) A contratada ficará responsável ainda pelas seguintes atividades e funções:

- a) Organizar os locais para aplicação das provas, com os materiais necessários;
- b) Coordenar os profissionais contratados para execução do objeto contratado;
- c) Treinar a equipe (banca e profissionais envolvidos) para elaboração, aplicação e correção das provas (objetivas, desempenho didático) e análise de títulos;
- d) Disponibilizar especialistas para analisar os laudos médicos dos candidatos que se inscreverem na condição de Pessoa com Deficiência (PcD);
- e) Coordenar, aplicar e corrigir a aplicação das provas objetivas e de desempenho didático;
- f) Designar a comissão responsável pela análise dos títulos;
- g) Monitorar os candidatos durante o período de realização das provas do Concurso Público, inclusive quando da utilização de banheiros/bebedouros pelos candidatos, que deverão ser acompanhados e vistoriados por meio de detector de metais nas suas entradas e saídas. O monitoramento deverá se estender aos demais profissionais envolvidos no Concurso Público que não sejam candidatos.

XIV) Constituir Comissão para aferição da veracidade da informação prestada por candidatos que se declararem pretos ou pardos, indígenas ou quilombolas, em conformidade com a legislação pertinente, em especial a Lei nº 15.142 de 3 de junho de 2025, o Decreto nº 12.536 de 27 de junho de 2025 e a Instrução Normativa Conjunta MGI/MIR/MPI nº 261, de 27 de junho de 2025. A Comissão terá competência deliberativa. Para os cargos de TAEs para os cargos de professor EBTT, os candidatos serão convocados para as bancas de heteroidentificação após a divulgação do resultado parcial, antes da homologação do concurso, com a presença obrigatória do candidato, no município de João Pessoa-PB, em data, horário e local a serem divulgados. As avaliações das bancas deverão ser filmadas. A Comissão de Heteroidentificação, em sua composição, deverá atender ao critério da diversidade, com distribuição de seus membros por gênero e cor, observando-se, tanto quanto possível, a procedência regional e, ainda, os seguintes critérios:

- I. Reputação ilibada, obrigatoriamente;
- II. Residentes no Brasil, obrigatoriamente;
- III. Que apresente certificação em curso de formação para heteroidentificação - organizado com base em conteúdo disponibilizado pelo órgão responsável pela promoção da igualdade étnica, previsto no § 1º do art. 49 da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e /ou comprovação de experiência em pesquisa ou atuação na temática da promoção da igualdade racial para enfrentamento do racismo.

XV) Constituir Comissão especializada para análise do laudo médico e verificação da informação prestada por candidatos que se inscreverem na condição de Pessoa com Deficiência (PcD), com pelo menos um profissional da área médica, conforme legislação pertinente. A Avaliação Biopsicossocial objetiva verificar e avaliar os direitos de pessoas com deficiência, de forma a identificar, individualmente, de que modo ela desabilita ou prejudica a autonomia plena na vida cotidiana e profissional. Deve ser realizada conforme disposto na Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, por uma equipe multiprofissional, a ser designada pela contratada, incluindo um médico, que irá averiguar a deficiência declarada. Os(As) candidatos(as) convocadas para a Avaliação Biopsicossocial deverão comparecer ao local e horário definidos pela contratada, dentro do prazo previsto no edital de abertura.

De acordo com o artigo 44, do Decreto nº. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a análise dos aspectos relativos ao potencial de trabalho da pessoa candidata com deficiência obedecerá ao disposto no art. 20 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990

- XVI) Prover todos os recursos materiais, tecnológicos, de acessibilidade, de pessoal e de estrutura aos candidatos que fizerem jus ao atendimento especial, incluindo, por exemplo, lactantes, cegos, surdos, cadeirantes e outros.
- XVII) Dispor de todos os meios necessários a assegurar absoluto sigilo, quando devido, e segurança em todas as etapas do concurso, desde a contratação até a homologação dos resultados finais.
- XVIII) Adotar práticas de sustentabilidade ambiental, no que couber, em conformidade com a legislação atual. O IFPB poderá exigir cópia da nota fiscal de aquisição de material com amostra do mesmo, em embalagem original para comprovação do cumprimento de exigência de utilização, devendo ser proveniente de fabricante devidamente inscrito no Cadastro Técnico Federal dos órgãos governamentais. Todos os materiais de limpeza e higiene utilizados no concurso deverão cumprir as exigências da Anvisa, sendo vedados os produtos clandestinos.
- XIX) Cumprir toda a legislação pertinente a Concurso Público de âmbito federal, ainda que não expressamente prevista no memorial descritivo mas que seja inerente à execução do objeto.
- XX) Cumprir todos os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto aos dados coletados por meio do sistema web.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
PRÓ REITORIA DE ENSINO	Neilor Cesar dos Santos
DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS	Daniel Vitor de Oliveira Nunes
COORDENAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE CONCURSOS	João Emerson Rodrigues da Silva

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 Requisitos gerais:

- I. Para a realização do serviço especializado, conforme objeto especificado no item 2, a empresa contratada deverá responsabilizar-se pela organização e a realização dos Concursos Públicos destinados a selecionar os candidatos para os cargos de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e Técnico Administrativo em Educação (TAE), cumprindo os serviços descritos no item, seguindo o cronograma de execução, o Termo de Referência do certame e prestando os serviços com excelência, presteza e eficiência;
- II. Trata-se de serviço não continuado;
- III. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o término da validade do concurso, podendo ser prorrogado nos termos da Lei n. 14.133/21.
- IV. O cronograma de realização do concurso público será definido entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB e a instituição contratada.

4.2 Requisitos de Qualificação Técnica

- 1. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
  - a. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
    - 1. Certidão ou Atestado de capacidade técnica que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, devendo referir-se a execução anterior de concurso público federal para cargos de professores efetivos, contemplando pelo menos 50 vagas.
    - 2. Certidão ou Atestado de capacidade técnica que demonstre capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, devendo referir-se a execução anterior de concurso público federal para cargos de técnico administrativo em educação, contemplando pelo menos 30 vagas.
  - b. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- c. O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- d. O IFPB poderá solicitar a outros institutos federais declarações quanto a avaliação dos serviços prestados pela banca organizadora do concurso, a fim de verificar a qualidade do serviço prestado e eventuais falhas ou problemas, ocasionados pela banca organizadora, na realização de outros concursos públicos.
- e. Indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequado e disponíveis para a realização do objeto da contratação.

#### 4.3. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

4.3.1. O objeto desta contratação – consistente na prestação de serviços de planejamento, organização e realização de concurso público para provimento de vagas em cargos de nível médio e superior no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – classifica-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. Tal enquadramento decorre do fato de que, apesar de exigir expertise técnica e experiência comprovada, o serviço é amplamente ofertado por entidades especializadas no mercado nacional, apresentando padrões metodológicos já consolidados, rotinas operacionais uniformes e soluções técnicas reconhecidas, cuja execução não demanda elaboração ou inovação tecnológica singular.

4.3.3. Assim, trata-se de objeto que pode ser adequadamente descrito por especificações usuais de mercado, permitindo comparabilidade entre propostas e assegurando a competitividade entre os potenciais fornecedores, sem prejuízo da exigência de qualificação técnico-operacional e da observância das condições de segurança, acessibilidade e sigilo inerentes à lisura do certame.

#### 4.4. Da justificativa acerca da natureza NÃO continuada do objeto:

4.4.1. O objeto da presente contratação – consistente na prestação de serviços de planejamento, organização e realização de concurso público para provimento de cargos de nível médio e superior no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) – reveste-se da natureza de serviço por escopo, e, portanto, não se caracteriza como serviço de natureza continuada.

4.4.2. Isso porque a execução contratual está vinculada à entrega de resultado final previamente definido, qual seja, a realização integral do concurso público, em todas as suas etapas, até a homologação do certame. Trata-se de atividade que possui início, meio e fim determinados, não demandando execução permanente ou habitual que se prolongue no tempo, mas sim a consecução de um objetivo específico e delimitado.

4.4.3. Nos termos do art. 6º, inciso XVII, da Lei nº 14.133/2021, enquadram-se como serviços por escopo aqueles em que o fator determinante é o alcance do resultado contratado, e não a disponibilização continuada de mão de obra ou a repetição cíclica de tarefas. Exatamente essa é a situação do presente objeto, cujo cumprimento se perfaz com a realização do concurso, sendo a contratação considerada concluída com a entrega do relatório final e a homologação do certame.

4.4.4. Dessa forma, resta justificada sua natureza não continuada, razão pela qual a contratação deve ser estruturada com prazo de execução compatível com o cronograma do concurso e obrigações voltadas à entrega do escopo contratado.

#### 4.5. Duração inicial do contrato de prestação de serviços de natureza NÃO continuada:

4.5.1. Nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, a duração dos contratos administrativos ficará adstrita à vigência dos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos a projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no plano plurianual ou em lei que autorize a execução de despesas por exercícios financeiros subsequentes.

4.5.2. No caso presente, embora se trate de contrato de natureza não continuada, classificado como serviço por escopo, justifica-se a fixação do prazo de vigência de 54 (cinquenta e quatro) meses, contados da data da assinatura do Termo de Contrato, pelas seguintes razões:

- a. estima-se o prazo de até 06 (seis) meses iniciais para a execução das etapas preparatórias, compreendendo a elaboração do edital, abertura de inscrições, logística, aplicação das provas, processamento de resultados, julgamento de recursos e homologação do concurso;
- b. considera-se, ainda, a necessidade de manutenção do vínculo contratual durante a vigência dos resultados homologados, que, nos termos da legislação aplicável aos concursos públicos, possuem prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis uma única vez por igual período, perfazendo o total de até 48 (quarenta e oito) meses;
- c. a extensão da vigência do contrato visa assegurar que a contratada permaneça vinculada às responsabilidades inerentes à guarda e integridade do banco de dados, sistemas informatizados, relatórios técnicos, arquivos estatísticos, bem como ao atendimento de eventuais demandas administrativas ou judiciais relacionadas ao certame, garantindo, assim, segurança jurídica e operacional à Administração;

d. a previsão do prazo de 54 (cinquenta e quatro) meses, portanto, concilia o tempo necessário à execução inicial do objeto (6 meses) com o período de validade e eventual prorrogação dos resultados homologados (48 meses), de modo a resguardar o interesse público e evitar a celebração de contratos adicionais apenas para dar suporte à manutenção da validade do certame.

4.5.3. Assim, o prazo estabelecido encontra-se devidamente fundamentado, em conformidade com o art. 105 da Lei nº 14.133 /2021, garantindo a adequada execução do objeto, a proteção do interesse público e a segurança jurídica da contratação.

#### 4.6. Da Garantia de Execução:

4.6.1. Não haverá exigência da garantia prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pelas razões a seguir expostas:

4.6.1.1. A natureza do objeto – serviço por escopo, de caráter não continuado e com resultado final previamente definido – reduz significativamente o risco de inadimplemento contratual, uma vez que a contratada somente fará jus ao pagamento mediante a comprovação da execução das etapas pactuadas, conforme o cronograma de desembolso previamente aprovado.

4.3.1.2. O modelo de remuneração adotado, estruturado em parcelas vinculadas a marcos de entrega e à aferição de resultados pela fiscalização, constitui mecanismo eficaz de mitigação de riscos, funcionando como garantia natural de execução, dispensando a necessidade de caução adicional.

4.3.1.3. Os serviços a serem prestados não envolvem fornecimento de bens permanentes ou execução de obras de engenharia de alta complexidade, mas sim a realização de atividades padronizadas, cuja mensuração e acompanhamento podem ser efetivados pela Administração de forma contínua e objetiva, por meio do Instrumento de Medição de Resultados (IMR).

4.3.1.4. A exigência de garantia acarretaria aumento do custo contratual e consequente majoração do valor a ser suportado pela Administração, em descompasso com os princípios da economicidade e da eficiência, sem que tal medida se justifique diante do baixo grau de risco residual associado ao objeto.

4.3.1.5. Por fim, cumpre destacar que, em caso de eventual inadimplemento, a Administração dispõe de outros instrumentos previstos na Lei nº 14.133/2021, tais como a retenção de pagamentos, a aplicação de sanções administrativas e a responsabilização civil e penal da contratada, meios estes suficientes para resguardar o interesse público.

## 5. Levantamento de Mercado

### 5.1 Soluções Levantadas

Para atendimento da necessidade institucional, foram verificadas as seguintes soluções, disponíveis no mercado:

Tipo	Descrição	Vantagens	Desvantagens	Potenciais Fornecedores
Execução Direta	<b>Realização de todas as etapas do concurso pelo próprio IFPB</b>	1) Evitar custos administrativos da gestão contratual  2) Aumento da experiência do IFPB na realização de concurso público para ingresso de seus servidores  3) Possível redução dos custos financeiros do processo	1) Falta de estrutura e procedimentos com os padrões técnicos e de segurança atualmente exigidos e observados por entidades/empresas reconhecidas nacionalmente no desempenho dessa atividade.  2) Maior risco de pessoalidade	Não aplicável

			3) Risco de abalos à imagem da instituição caso sejam adotados métodos de trabalho sem os devidos padrões técnicos e de segurança necessários.	
Serviço	<b>Contratação de entidade de notória reputação ético- profissional, sem fins lucrativos</b>	1) Contratação sem licitação, com fundamento no Artigo 75, inciso XV, da Lei 14.133/2021  2) Aproveitamento de experiência de entidade reconhecida regional ou nacionalmente pela execução de concursos  3) Menor risco de pessoalidade  4) Menor risco de abalos à imagem do IFPB  5) Êxito verificado nos concursos anteriores	1) Possível maior custo do processo como um todo  2) Custos administrativos da gestão contratual  3) menor competitividade pelo contrato (em comparação com uma licitação)	Bom número de potenciais prestadores do serviço
Licitação	<b>Realização de licitação para contratação de empresa especializada em concursos públicos</b>	1) Possível menor custo do processo como um todo  2) Ampla competitividade pelo contrato	1) Maior riscos de inexecução ou descumprimento contratual  2) Maior probabilidade de contratação de pessoa jurídica descompromissada com a qualidade e resultado dos serviços  3) Maior risco relacionado com a capacidade financeira e técnica da pessoa jurídica contratada  4) Maior risco de fraude documental	Bom número de potenciais prestadores do serviço

## 5.2 Solução Escolhida

Com base na avaliação das soluções listadas no tópico anterior, recomendamos a escolha da seguinte solução:

<b>Tipo da Solução Escolhida</b>	<b>Descrição da Solução Escolhida</b>
Serviço	Contratação de entidade de notória reputação ético-profissional, sem fins lucrativos

Justificativa técnica para a escolha: Analisadas as opções descritas no tópico 5.1, a Equipe de Execução do Concurso Público juntamente com a Coordenação de Licitação de Bens e Serviços recomenda a contratação de entidade de notória reputação ético-profissional, sem fins lucrativos, por apresentar as vantagens mais relevantes e as desvantagens mais aceitáveis.

A escolha por contratar entidade de notória reputação é apoiada pela seguinte jurisprudência:

"É possível a contratação de fundação de apoio por dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666 /1993, para a realização de vestibular, desde que haja nexo efetivo entre a natureza da instituição e o objeto contratado e compatibilidade com os preços de mercado. O relator, ao discorrer sobre a evolução jurisprudencial do TCU acerca da matéria, destacou que "Ao longo dos anos, **o TCU primeiramente entendeu ser possível a aplicação do art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666 /1993 às atividades relacionadas à promoção de concurso público, desde que tendo pertinência com o desenvolvimento institucional da contratante** (Acórdão 569/2005 – Plenário)". Acórdão 2506/2013-Segunda Câmara, TC 019.856/2005-5, relator Ministro José Jorge, 7.5.2013.

SÚMULA TCU Nº 287: "É lícita a contratação de serviço de promoção de concurso público por meio de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei 8.666/1993, desde que sejam observados todos os requisitos previstos no referido dispositivo e demonstrado o nexo efetivo desse objeto com a natureza da instituição a ser contratada, **além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.**"

**Justificativa econômica:** A escolha da contratação de instituição que detenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos decorre, principalmente, da necessidade de garantir maior lisura e eficiência ao concurso pretendido. A compatibilidade com os preços praticados no mercado será aferida na etapa de pesquisa de preços (cotação), sendo que os valores obtidos serão juntados aos autos do processo.

A estimativa inicial dos custos constará no tópico 8 deste estudo técnico preliminar.

**Consideração sobre os custos pós aquisição:** Não foram verificados custos pós-aquisição/contrato, ressalvados os custos da área de gestão de pessoas do IFPB, que não precisam ser analisados neste documento.

O levantamento de mercado para seleção das empresas ou das entidades que executarão os serviços objeto da contratação se dará a partir da modalidade de dispensa de licitação. A justificativa para esta modalidade de contratação se dá em função da necessidade de conjugar a escolha transparente e pública das instituições promotoras dos certames, bem como da capacidade da gestão do IFPB selecionar empresas que tenham notório reconhecimento na realização de concursos públicos na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

A realização da pesquisa de preços deverá ocorrer dentro do previsto pelo art. 5º, do inciso IV, da Instrução Normativa n. 73, de 5 de agosto de 2020, a qual prevê que a contratação de empresas ou de entidades a partir de "pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório".

Nesse sentido, o IFPB terá a condição de selecionar a melhor proposta dentre os orçamentos apresentados por entidades a partir da cotação formal. Tais instituições deverão se enquadrar nos critérios estabelecidos no inciso XV do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1 O provimento das vagas se dará por meio da organização de dois concursos, sendo um específico para a seleção de Técnico(a)s Administrativos em Educação e outro para a seleção de professores da Educação Básica, Técnica e Tecnológica destinado a compor quadro permanente do Instituto Federal da Paraíba. Nesse sentido, descrevemos a estrutura e o funcionamento de cada certame abaixo.

### 6.2 Concurso Público para Provimento de Cargos de Técnico(a) Administrativo(a) em Educação

O Concurso Público para técnico administrativo em educação será composto por uma única fase que consistirá na aplicação de uma prova objetiva de múltipla escolha.

As **provas objetivas** ocorrerão em um domingo no período matutino com duração máxima de 4 horas e seguirão as seguintes disposições:

- a. Prova objetiva com 50 questões de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório;
- b. A prova objetiva será composta de questões de múltipla escolha, sendo que cada questão conterá 5 (cinco) opções de resposta e somente uma correta e, abrangerá os objetos de avaliação constantes do edital, acordados entre o IFPB e a instituição contratada. As folhas de respostas a serem preenchidas pelo candidato conterão cinco campos de marcação para cada item: A, B, C, D, E. Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas.
- c. Todas as folhas de respostas das provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.
- d. A nota em cada item das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 2 pontos, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas de Língua Portuguesa; 1 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas de Noções básicas de Informática; 1 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas de Legislação e ética na Administração Pública; 3 pontos, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo da prova

de Conhecimentos Específicos de cada área; e 0,00 ponto, caso não haja marcação ou haja marcação de mais de uma alternativa ou que contiver emenda ou rasura.

- e. A nota em cada prova objetiva será igual a soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.
- f. Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público a(o) candidata(o) que zerar a pontuação de alguma das disciplinas ou tiver uma nota total inferior a 60 de pontos na prova objetiva.

Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, indígena ou quilombola serão submetidos ao procedimento de verificação da heteroidentificação para concorrer às vagas reservadas, conforme legislação vigente. Tal verificação dar-se-á após a divulgação do resultado parcial da prova objetiva, antes da divulgação do resultado final e da homologação do concurso, com a presença obrigatória do candidato, no município de João Pessoa-PB, em data, horário e local a serem divulgados pela banca organizadora.

Será convocada para o procedimento de heteroidentificação, no mínimo, a quantidade de candidatos equivalente a três vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras previstas pela legislação, ou cinco candidatos, o que for maior.

Os candidatos que se declararem cotistas (pessoas com deficiência), serão submetidos ao procedimento de avaliação biopsicossocial e a entidade contratada deverá utilizar equipe multiprofissional para realizar a avaliação com base na Lei nº. 13.146, de 2015. Os métodos utilizados devem estar de acordo com as normativas federais, assegurando um processo justo e inclusivo.

### 6.3 Concurso Público para provimento de vagas para Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológico

O Concurso Público para professor será composto de 3 (três) fases:

Fase	Provas	Natureza	Pontuação Máxima	Pontuação Mínima
1ª	Prova objetiva de múltipla escolha	Classificatória e Eliminatória	100	60
2ª	Prova de desempenho didático	Classificatória e Eliminatória	100	60
3ª	Prova de Títulos	Classificatória	100	-

**A Fase 1ª, referente à Prova Objetiva**, seguirá as seguintes disposições:

- a. A prova objetiva será composta de 50 questões do tipo múltipla escolha, sendo que cada questão conterá 5 (cinco) opções de resposta e somente uma correta e abrangerá os objetos de avaliação constantes do edital, acordados entre o IFPB e a instituição contratada.
- b. Todas as folhas de respostas das provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.
- c. A nota em cada item das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a: 2,00 pontos, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas de Português; 1,00 ponto, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas de Legislação e ética na Administração Pública; 2,60 pontos, caso a resposta do candidato esteja em concordância com o gabarito oficial definitivo das provas de Conhecimentos Específicos de cada área.
- d. As folhas de respostas a serem preenchidas pelo candidato conterá cinco campos de marcação para cada item: A, B, C, D, E. Para obter pontuação no item, o candidato deverá marcar um, e somente um, dos cinco campos da folha de respostas.
- e. A nota em cada prova objetiva será igual a soma das notas obtidas em todos os itens que a compõem.
- f. Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público a(o) candidata(o) que zerar a pontuação de alguma das disciplinas ou tiver uma nota total inferior a 60 de pontos na prova objetiva:

**A Fase 2ª, referente à Prova de Desempenho Didático**, consistirá de uma aula, desenvolvida sobre um tema previamente indicado, no tempo mínimo de 40 (quarenta) minutos e máximo de 50 (cinquenta) minutos, mais 10 (dez) minutos reservados para os questionamentos da banca examinadora, se for o caso.

- a. No dia de realização da prova de desempenho didático, o(a) candidato(a) deverá entregar à banca examinadora, obrigatoriamente, o plano de aula sobre o tema a ser ministrado, impresso em 3 (três) vias, devidamente assinadas dentro de envelope identificado com nome, número de inscrição e área de atuação a qual concorre, sendo considerado eliminado aquele que não o fizer. O plano de aula deverá ser escrito em português para todas as áreas.
- b. A prova de desempenho didático valerá 100 (cem) pontos. A nota obtida pelo candidato na Prova de Desempenho Didático será a média aritmética da pontuação total obtida com base na tabela de critérios a seguir, sendo eliminado o candidato que obtiver nota final inferior a 60 (sessenta) pontos.

Critérios	Elementos de análise	Pontuação máxima
-----------	----------------------	------------------

AVALIAÇÃO DOCENTE	Domínio dos conteúdos.	10,00
	Desenvoltura e segurança na apresentação.	10,00
	Coerência e adequação de vocabulário a termos técnicos.	10,00
	Seleção e organização sequencial dos conteúdos (ordem e clareza dos dados essenciais).	10,00
	Adequação dos conteúdos ao nível do aluno.	10,00
	Adequação dos recursos didáticos à natureza dos conteúdos, considerando a ferramenta para ministração da aula.	10,00
	Contextualização (conexão entre o tema e a aplicabilidade desses conhecimentos).	10,00
	Interdisciplinaridade (conexão entre o tema e outros conhecimentos).	10,00
	Adequação do tempo aos conteúdos propostos.	10,00
	Avaliação da aprendizagem.	10,00
	<b>Total Máximo de Pontos da Prova de Desempenho Didático</b>	100
AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA	Elaboração e organização técnica e didática do Plano de Aula: apresentação; descrição; execução; coerência e clareza dos objetivos; coerência entre objetivos, conteúdos e avaliação; procedimentos metodológicos; recursos didáticos; avaliação e referências.	10,00
	Utilização de recursos didáticos adequados à metodologia, objetivos e conteúdos, considerando a ferramenta para ministração da aula.	10,00
	Apresentação pessoal: espontaneidade; postura; autocontrole; dicção; tom de voz; linguagem adequada.	10,00
	Interatividade.	10,00
	Organização dos conteúdos (conexão entre o início, o desenvolvimento e finalização da aula).	10,00
	Capacidade de síntese; cumprimento das etapas previstas no plano; dosagem do conteúdo em relação ao tempo previsto.	10,00
	Contextualização (conexão entre o tema e a aplicabilidade desses conhecimentos).	10,00
	Interdisciplinaridade (conexão entre o tema e outros conhecimentos).	10,00

Coerência entre o Plano e a execução da aula.	10,00
Utilização de procedimentos avaliativos adequados.	10,00
<b>Total Máximo de Pontos da Prova de Desempenho Didático</b>	<b>100</b>

- c. As bancas examinadoras da Prova de Desempenho Didático deverão ser compostas por 3 (três) membros, sendo 1 (um) Docente da área de Didática e fundamentos da Educação, ou ser Técnico-administrativo ocupante do cargo de Pedagogo ou de Técnico de Assuntos Educacionais e 2 (dois) docentes com formação obrigatória na área, todos com titulação mínima de Mestrado devidamente reconhecida pelo MEC. Excepcionalmente, em situações devidamente justificadas, é possível que a banca tenha outra composição. A banca deverá ser formada preferencialmente por servidores do IFPB, sendo a composição e seleção a critério da banca organizadora do certame. A empresa poderá abrir cadastro para levantamento de servidores interessados e, diante da inexistência, o procedimento poderá ser feito por profissionais já selecionados pela contratada.
- d. Para a prova de desempenho didático da área de Inglês é necessário a fluência, nessa língua, de pelo menos 2 (dois) docentes da banca dos profissionais da área.
- e. A contratada deverá disponibilizar, junto com os membros da banca titular, 1 (um) suplente, que assumirá a titularidade nas hipóteses de impedimento ou impossibilidade de comparecimento no(s) dia(s) da(s) prova(s).
- f. A definição do(s) dia(s) e local das provas de desempenho didático é responsabilidade da contratada, em dia e horário previamente comunicado a todos os interessados.
- g. A definição do tema da prova de desempenho didático é responsabilidade da contratante, e será divulgado posteriormente à divulgação do resultado final da prova objetiva.
- h. A contratada responsabilizar-se-á pela remuneração e por todas as demais obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica referente a todo o pessoal que utilizar no cumprimento das obrigações previstas neste memorial descritivo (inclusive dos servidores do IFPB), cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao IFPB.
- i. As aulas das provas de desempenho didático referentes à 2ª fase deste Concurso Público deverão ser filmadas (captação de áudio e vídeo) e entregues à Contratante em 2 (duas) cópias gravadas em mídia digital, sem edição, de acordo com as especificações e obrigações a seguir:
- I. As aulas das provas de desempenho didático referentes à 2ª fase deste Concurso Público deverão ser filmadas (captação de áudio e vídeo) e entregues à Contratante em 2 (duas) cópias gravadas em mídia digital, sem edição, de acordo com as especificações e obrigações a seguir: I-a disponibilização dos equipamentos e fornecimento de toda a mão-de-obra, materiais e insumos necessários à cabal execução dos serviços é de responsabilidade da contratada;
  - II. Cada banca terá duração estimada de 60 (sessenta) minutos;
  - III. As provas de desempenho didático a serem filmadas ocorrerão na cidade de João Pessoa/PB, em local definido pela contratada em data estipulada no cronograma do edital;
  - IV. As provas de desempenho didático poderão ocorrer nos períodos matutino, vespertino e/ou noturno, em dias úteis e/ou finais de semana, conforme cronograma definido no edital;
  - V. As provas de desempenho didático serão gravadas com filmadora(s), sem cortes, com identificação/apresentação dos membros da banca examinadora e do candidato e com indicação dos horários de início e término de cada prova. Caberá exclusivamente à contratada definir o quantitativo de equipamentos suficientes e necessários ao cumprimento do cronograma;
  - VI. A contratada deverá se apresentar no local de prova (sala de aula ou auditório) com, pelo menos, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início de realização das bancas, para fins de montagem dos equipamentos, testes e possível verificação do equipamento pelos candidatos;
  - VII. A contratada deverá disponibilizar equipamentos reservas em número suficiente visando a substituição imediata do equipamento que, porventura, venha a apresentar problemas durante a filmagem da respectiva banca, bem como pelo menos 01 (um) coordenador de gravação durante todo o período de realização das provas de desempenho didático, por local;
  - VIII. Caso ocorra falha ou mau funcionamento em qualquer dos equipamentos utilizados na gravação das bancas, a contratada fica obrigada a providenciar sua imediata substituição, não havendo tempo de tolerância para tanto;
  - IX. Antes do início da prova, será facultado ao candidato verificar o funcionamento do equipamento de gravação;
  - X. Para a realização das filmagens a contratada deverá disponibilizar, no mínimo, os seguintes equipamentos (em número suficiente para atendimento às necessidades da Contratante): Filmadora digital com alta definição de imagem e som; Acessórios necessários à perfeita execução dos serviços (cabos, extensão elétrica, ferramentas, fones de ouvido, mídias, entre outros) mesmo que não estejam explicitados no presente instrumento e sem nenhum ônus para a Contratante;
  - XI. Será de inteira responsabilidade da contratada todos os serviços inerentes à execução da filmagem da prova de desempenho didático: instalação, montagem, desmontagem, manutenção e operação dos equipamentos, entre outros;
  - XII. O material da filmagem deverá ser entregue em mídia digital (sem edição), à comissão do concurso do IFPB, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas após o encerramento das filmagens, na Reitoria do IFPB situada à Avenida Almirante Barroso, 1077, Centro, no município de João Pessoa/PB;

- XIII. As mídias digitais deverão estar acondicionadas em invólucro próprio, identificados e entregues individualmente por candidato, incluindo nome completo do candidato, número da inscrição no Concurso Público, área para a qual concorre, data e hora da realização da prova;
- XIV. Cada mídia digital deverá conter a gravação da prova de desempenho didático de apenas 01 (um) candidato;
- XV. O fornecimento das mídias digitais para filmagem é de responsabilidade da contratada.

j. A classificação dos candidatos para a **prova de desempenho didático** se dará a partir da pontuação da prova objetiva, até o limite disposto no quadro abaixo, **acrescidas as provas dos candidatos empatados na última posição indicada:**

Número de vagas	Classificação Máxima para correção da prova desempenho didático de candidatos da ampla concorrência até a posição:	Classificação Máxima para correção da prova desempenho didático de Pretos ou Pardos até a posição:	Classificação Máxima para correção da prova de desempenho didático da Pessoa com Deficiência (PCD) até a posição:
1	08 <sup>a</sup>	08 <sup>a</sup>	02 <sup>a</sup>
2	15 <sup>a</sup>	15 <sup>a</sup>	03 <sup>a</sup>
3	20 <sup>a</sup>	20 <sup>a</sup>	03 <sup>a</sup>
4	25 <sup>a</sup>	25 <sup>a</sup>	04 <sup>a</sup>
5	30 <sup>a</sup>	30 <sup>a</sup>	05 <sup>a</sup>
<b>Total de provas de desempenho didático estimado</b>		<b>670 + eventuais situações de empate</b>	

**A Fase 3<sup>a</sup>, referente à Prova de Títulos, seguirá as seguintes disposições:**

- Os candidatos convocados para a realização da prova de desempenho didático deverão entregar, após o término de sua prova, os documentos a serem considerados para a prova de títulos no mesmo dia e local de realização da prova de desempenho didático, na coordenação do local de prova, a ser definido pela empresa contratada, que deverá emitir recibo atestando a entrega.
- O candidato que deixar o local de prova sem entregar os documentos a serem considerados para a prova de títulos não poderá retornar para entregá-los posteriormente.
- Caso o candidato tenha sido aprovado na prova de desempenho didático e não tenha apresentado os documentos a serem considerados para a prova de títulos, na data e horário estabelecidos no edital, receberá nota 0,00 (zero) na prova de títulos.
- Os documentos deverão ser entregues por meio de cópia simples, mesmo aqueles gerados eletronicamente, não sendo necessária a autenticação em cartório. Quando da entrega dos documentos, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente o original ou a cópia autenticada em cartório do documento que está sendo entregue para conferência por parte do atendente.
- Considerando tratar-se de um concurso público para seleção de docentes, para o quadro efetivo da contratante, cada banca examinadora deverá ser composta por 2 (dois) docentes, todos com graduação nas respectivas áreas de atuação dos cargos do concurso e no mínimo título de Mestre, preferencialmente na área de atuação dos cargos do concurso, devidamente reconhecido pelo MEC. A banca poderá ser formada por integrantes externos e/ou por servidores do IFPB, sendo a composição e seleção a critério da banca organizadora do certame.
- Cada banca examinadora avaliará os títulos apresentados pelos candidatos das respectivas áreas de atuação dos cargos deste Concurso.
- A prova de títulos contemplará todos os candidatos classificados para a prova de desempenho didático, exceto aqueles que não comparecerem ou que sejam eliminados na prova de desempenho didático.
- O barema a ser utilizado na prova de títulos será disponibilizado pelo IFPB.

Os candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos, indígena ou quilombola serão submetidos ao procedimento de verificação da heteroidentificação para concorrer às vagas reservadas, conforme legislação vigente. Tal verificação dar-se-á após a divulgação do resultado parcial da prova objetiva, antes da divulgação do resultado final e da homologação do concurso, com a presença obrigatória do candidato, no município de João Pessoa-PB, em data, horário e local a serem divulgados pela banca organizadora.

Será convocada para o procedimento de heteroidentificação, no mínimo, a quantidade de candidatos equivalente a três vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras previstas pela legislação, ou cinco candidatos, o que for maior.

Os candidatos que se declararem cotistas (pessoas com deficiência), serão submetidos ao procedimento de avaliação biopsicossocial e a entidade contratada deverá utilizar equipe multiprofissional para realizar a avaliação com base na Lei nº. 13.146, de 2015. Os métodos utilizados devem estar de acordo com as normativas federais, assegurando um processo justo e inclusivo.

#### 6.4 Medidas de segurança

- a. A contratada deverá atender todas as exigências de segurança e sigilo contidas no presente instrumento bem como aquelas inerentes às boas práticas de realização de Concurso Público, em face das especificidades do objeto da contratação.
- b. É de responsabilidade da instituição contratada a adoção de critérios rigorosos de segurança para o software/programa de diagramação das provas que envolve, no processo de desenvolvimento, a junção entre texto, ilustrações vetoriais e imagens, adequando esteticamente e tecnicamente o documento, de forma que possa ser impresso com qualidade e legibilidade.
- c. Por se tratar de processo de impressão sigilosa, a instituição contratada deverá transferir para o parque gráfico, próprio, o material do Concurso Público em meios magnéticos/ópticos com arquivos criptografados, em alta definição, com marcas de corte (sangria), contendo a arte final necessária para a produção gráfica de cada um dos materiais a serem impressos.
- d. O acesso a todas as áreas utilizadas no processo de impressão do material do Concurso Público deverá ser 100% monitorada através de recursos humanos (vigilância física) e tecnológicos seguros a critério da entidade contratada, sendo o acesso vistoriado por serviço de portaria 24 horas por dia, com acesso somente de representante da entidade contratada e revistas nos momentos de entrada e saída dessas áreas.
- e. Somente terão acesso às áreas perimetrais de diagramação, impressão e acabamento do local de impressão do material do Concurso Público os funcionários da contratada.
- f. O procedimento de pré-impressão e aprovação das provas impressas, em parque gráfico próprio, ficará exclusivamente a cargo da instituição contratada.
- g. Após a produção e aprovação das provas impressas, todos os arquivos eletrônicos deverão ser apagados das memórias dos equipamentos.
- h. As mídias utilizadas para a geração das chapas de impressão, assim como todas as chapas que não estiverem sendo utilizadas nos equipamentos impressores, devem ser mantidas em compartimento fechado, lacrado e vigiado ininterruptamente pelo sistema de vigilância física 24 horas.
- i. As máquinas de impressão e demais equipamentos a serem utilizados para a impressão e acabamento dos cadernos de provas e folhas de respostas e demais materiais administrativos, bem como a área reservada à montagem das encomendas (pacotes, malotes, etc.), deverão estar concentradas em espaços físicos segregados, com proteção integral de acesso.
- j. A visualização do conteúdo das provas e dos gabaritos, mesmo que parcialmente, deve ser limitada, exclusivamente aos operadores de equipamentos, desde que essa visualização seja indispensável para a impressão das provas e dos seus gabaritos.
- k. Todo o material descartado durante o processo de acerto dos equipamentos impressores, grameamento, ajustes de qualidade, acabamento e durante a produção das provas e dos gabaritos, deve ser segregado, lacrado e mantido sob guarda em local monitorado até a realização das provas e divulgação dos gabaritos, quando então poderá ser tratado como rejeito de produção normalmente.
- l. Os funcionários responsáveis pela produção/impressão, manuseio, separação e envelopamento do material gráfico do Concurso Público devem adotar uniforme diferenciado, sem bolsos ou compartimentos que possibilitem a guarda de objetos.
- m. Os cadernos de provas deverão ser lacrados e acondicionados em envelopes de plástico opaco, com lacre inviolável, selado com dispositivo próprio (aba autocolante), de forma a não permitir abertura involuntária, sem danificar a embalagem. Sobre essa dobra deverá ser aposta uma etiqueta de segurança com numeração sequencial. Os envelopes devem ser guardados em ambiente seguro da instituição, com antecedência máxima de 5 (cinco) dias da aplicação das provas.
- n. Os envelopes de que trata o item anterior deverão ser identificados com etiqueta autoadesiva contendo as informações da quantidade de cadernos de provas, tipo de prova, sala, endereço de destino, cidade, CEP, etc.
- o. O material de aplicação das provas deverá estar acondicionado em malotes de lona inviolável, devidamente lacrado e com cadeado, para o transporte aos locais das provas, devendo os envelopes serem abertos na presença dos candidatos, mediante termo de abertura, no momento da aplicação das provas e contar com a assinatura de dois candidatos/ testemunhas, voluntários.
- p. A contratada deverá garantir a segurança no transporte dos malotes até os locais, de aplicação das provas.
- q. A contratada deverá certificar-se de que os candidatos não utilizem quaisquer dispositivos eletrônicos durante a realização das provas, ressalvados aqueles eventualmente necessários durante a prova de desempenho didático.
- r. Além do estipulado neste instrumento, a instituição deverá dispor de todos os meios necessários para assegurar absoluto sigilo e segurança em todas as etapas do Concurso Público, desde a elaboração das questões de provas até a homologação dos resultados finais do concurso.

## 6.5 Solução Integral e Ininterrupta

- a. A execução completa do processo por uma única entidade assegura continuidade e integridade em todas as etapas, desde o planejamento até a publicação dos resultados, minimizando riscos de vazamento de informações e garantindo a segurança dos procedimentos.
- b. A integração das atividades também permite uma melhor gestão do cronograma e controle dos processos, evitando a necessidade de coordenação entre diferentes fornecedores e possíveis falhas.

## 6.6 Vistoria

6.6.1 A realização de vistorias nos locais de aplicação das provas e demais instalações logísticas é fundamental para garantir a conformidade com os requisitos estabelecidos no planejamento do concurso público. Essa etapa é especialmente pertinente para verificar a adequação dos espaços físicos, a acessibilidade para pessoas com deficiência e a disponibilidade de infraestrutura, como mobiliário, iluminação, ventilação, e equipamentos necessários para a execução das provas.

6.6.2 A vistoria também assegura que as condições previstas no contrato sejam atendidas pela empresa contratada, minimizando riscos de atrasos ou falhas no dia das provas. Além disso, ela reforça o compromisso com a qualidade e a segurança do processo seletivo.

### 6.6.3 Procedimentos para Realização da Vistoria

#### 1. Planejamento:

- Deve ser elaborado um cronograma detalhado para as vistorias, cobrindo uma amostra dos locais designados para a aplicação das provas.
- A equipe responsável pela fiscalização do contrato, designada pelo IFPB, deve participar diretamente da vistoria.

#### 2. Itens a Serem Verificados:

- Estrutura física: Condições das salas, acessibilidade, ventilação, iluminação e mobiliário.
- Segurança: Presença de saídas de emergência, sinalização, e adequação às normas de segurança.
- Infraestrutura tecnológica: Disponibilidade de equipamentos de projeção, computadores, e demais itens previstos no edital para provas práticas e de desempenho.
- Acessibilidade: Ambientes adaptados para atender candidatos com deficiência, incluindo rampas, banheiros acessíveis e equipamentos assistivos, como provas em braille e intérpretes de Libras.

#### 3. Registro da Vistoria:

- Deve ser produzido um relatório detalhado para cada local vistoriado, indicando conformidades e não conformidades.
- Os relatórios deverão ser assinados pelos fiscais e pela empresa contratada, servindo como documento oficial para a aprovação ou solicitação de ajustes nos locais.

#### 4. Acompanhamento de Adequações:

- Caso sejam identificadas inconformidades, a empresa contratada será notificada para realizar os ajustes necessários em prazo definido.
- Uma segunda vistoria pode ser realizada para verificar a adequação após os ajustes.

6.6.4 A realização de vistorias proporciona maior controle sobre a execução do contrato e contribui para mitigar riscos operacionais e logísticos. Além disso, assegura que todos os candidatos participarão do concurso em condições justas e apropriadas, alinhadas aos princípios de transparência e isonomia. Ao implementar essa etapa, o IFPB reforça a credibilidade do processo seletivo e garante a eficiência na aplicação das provas, contribuindo para o sucesso do certame.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1 Em função de que o IFPB não promoveu certames nos últimos 5 anos, a estimativa do número de candidatos inscritos tomou por base o último concurso realizado pelo IFPB para provimento de cargos de docentes EBTT e TAEs em áreas específicas ou afins e correlatas, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Ano do Concurso	Descrição	Total de Inscritos
2018/2019	Concurso Público - Edital 147/2018 – Técnico-Administrativo em Educação	33.432

2018/2019	Concurso Público - Edital 148/2018 – Docente	23.852
-----------	--	--------

7.2 Com relação ao concurso para docente e dado os últimos concursos ocorridos na capital e no estado neste ano, estima-se um número de inscritos de até 5% (cinco por cento) a mais, considerando as 43 (quarenta e três) vagas disponíveis.

Professor (PEBTT)	
Quantidade de Inscritos no Concurso Anterior	23852
Quantidade de vagas destinada em outro concurso	80
Relação inscritos/vaga	298,15
Quantidade de Inscritos Prevista para o Concurso	20000

7.3 Da mesma sorte em relação ao concurso para TAE, a localização das unidades do IFPB em cidades do interior e a própria natureza dos cargos ofertados no concurso, estima-se um número de inscritos de até 10% (dez por cento) a mais, considerando as 51 (cinquenta e uma) vagas disponíveis.

NÚMEDO DE INSCRITOS PREVISTO	Quantidade
Nível	C
Assistente de Aluno	3000
Nível	D
Assistente em Administração	18000
Técnico em Contabilidade	300
Técnico de Tecnologia da Informação	300
Técnico em Enfermagem	300
Técnico de Laboratório: Área	1600
Nível	E
Administrador	1300
Arquivista	300
Assistente Social	300
Bibliotecário-Documentalista	400
Enfermeiro	300
Médico	300
Nutricionista	1700
Pedagogo	1600
Analista de Tecnologia da Informação	400
Técnico em Assuntos Educacionais	400
<b>TOTAL</b>	<b>30500</b>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 3.375.000,00

Valor (R\$): 3.375.000,00 (três milhões, trezentos e setenta e cinco mil reais).

A estimativa do valor de contratação dos serviços para organização e execução dos concursos para Técnico(a) Administrativo(a) em Educação e Professor da Educação Básica, Técnica e Tecnológica (EBTT) foi elaborada com base nas propostas orçamentárias vencedoras enviadas por bancas organizadoras de concursos, das quais a equipe de planejamento deste ETP teve acesso.

### 8.1 Estimativa para concurso Professor

Discriminação	UN	Qtd. prevista	Valor Unitário	Valor Total
Elaboração e Aplicação de Provas do Concurso de Professor EBTT	Inscrição Homologada	20.000	R\$ 75,00	R\$1.500.000,00

Considerando os orçamentos encaminhados que a equipe de planejamento do ETP teve acesso, foi realizada uma estimativa correlacionando a quantidade prevista de inscrições (similar ao último concurso).

Como o concurso para Professor do IFPB tem apenas três etapas (prova objetiva, desempenho didático e títulos) estimamos o valor em torno de até R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) para a realização do concurso docente do IFPB.

### 8.2 Estimativa para concurso TAE

Discriminação	UN	Qtd. prevista	Valor Unitário	Valor Total
Elaboração e Aplicação de Provas do Concurso de TAE	Inscrição Homologada	33.000	R\$ 61,66 (médio)	R\$2.034.780,00

Considerando os orçamentos de concurso de TAE encaminhados que a equipe de planejamento do ETP teve acesso, foi realizada uma estimativa com base no valor unitário médio por candidato de R\$61,66 em virtude da vagas estarem distribuídas em três níveis, desta forma foi estimado um valor de até R\$2.034.780,00 (dois milhões, trinta e quatro mil e setecentos e oitenta reais) para a realização de concurso para TAE do IFPB.

Observação: Apesar de a cotação ser de 2018/2019, e naturalmente sofrer correção inflacionária, o valores unitários mencionados foi mantido devido aos praticados em outros concursos no ano de 2025 por outras instituições federais de ensino.

MÉDIA VALOR TAXA DE INSCRIÇÃO									
Recorte IF's Nordeste - 2022 a 2025									
Cargo	Professor								Média
Instituição	IFMA	IFPI	IFAL	IFBA	IFRN	IFS	IF BAIANO		
Valor	R\$100,00	R\$170,00	R\$180,00	R\$150,00	R\$200,00	R\$150,00	R\$150,00		R\$160,00
Cargo	Nível C								
Instituição	IFAL	IFBA	IFRN	IFSERTÃO PE	IFS	IFBAIANO			
Valor	R\$110,00	R\$80,00	R\$55,00	R\$120,00	R\$95,00	R\$80,00			R\$92,86
Cargo	Nível D								
Instituição	IFPI	IFAL	IFBA	IFRN	IFSERTÃO PE	IFAL	IFS	IFBAIANO	
Valor	R\$100, 00	R\$115,00	R\$100,00	R\$70,00	R\$120,00	R\$120,00	R\$105,00	R\$90,00	R\$102,50
Cargo	Nível E								
Instituição	IFPI	IFAL	IFBA	IFRN	IFSERTÃO PE	IFS			
Valor	R\$120,00	R\$150,00	R\$120,00	R\$115,00	R\$150,00	R\$130,00			R\$131,88

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1 A seleção pelo não parcelamento do objeto da contratação justifica-se pelo agrupamento dos itens e a inviabilidade técnica do parcelamento do objeto, tendo em vista a necessidade de uniformidade de procedimentos, metodologia de operações, logística de transporte e distribuição, que visem assegurar a perfeita segurança na realização dos serviços objetos desta licitação. Além da inviabilidade econômica da contratação do objeto parcelado em itens contratados isoladamente, o que poderia causar perda de economia de escala pela impossibilidade de redução de despesas administrativas inerentes a contratações desta natureza, a exemplo: a redução de custos com gerenciamento e fiscalização do(s) contrato(s), espaços para a realização do Concurso Público; entre outros, onerando a Administração Pública resultando em valores menos vantajosos para a administração.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não se verifica a existência de contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, uma vez que a viabilização do pessoal necessário à realização do concurso (fiscais de prova, seguranças, etc), a reserva de locais de aplicação de prova, a elaboração e impressão de cadernos de questões, a composição das bancas avaliadoras, a aquisição e utilização de materiais necessários, atos de logística, além de outros recursos e ações, serão de inteira responsabilidade da pessoa jurídica a ser contratada, sendo parte integrante do objeto da contratação.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 A contratação proposta está alinhada com o PDI do IFPB, que define diretrizes estratégicas para a oferta de uma educação profissional e tecnológica de excelência. A realização deste concurso público está alinhada aos objetivos estratégicos institucionais presentes, e para garantir a continuidade dos programas e das atividades institucionais faz-se necessária a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação dos referidos serviços.

11.2 A contratação almejada está prevista no Plano de Contratações Anuais do IFPB.

11.3 A realização do concurso público para o quadro de técnicos administrativos em Educação e docente efetivo é condição prioritária e urgente, conforme perspectivas e objetivos estratégicos estabelecidos no PDI.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação proposta proporcionará uma série de ganhos diretos e indiretos, promovendo eficácia, eficiência e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis:

Efetividade: A contratação permitirá a execução eficaz do concurso público para Técnicos Administrativos em Educação e Professores EBT do IFPB. Contribuirá diretamente para a melhoria da qualidade do ensino, ao proporcionar o preenchimento dos códigos de vagas que estão vagos. Cujas consequências, dessas vagas não ocupadas, é a sobrecarga dos professores atuais e prejuízos para os estudantes, que inviabiliza, em algum momento, o funcionamento adequado das atividades institucionais, sobretudo as de ensino.

Desenvolvimento nacional sustentável: Indiretamente, contribui para o desenvolvimento nacional sustentável. Ao fortalecer a educação profissional e tecnológica, também impulsiona o desenvolvimento de uma força de trabalho mais qualificada, capaz de contribuir para o crescimento econômico sustentável do país.

Eficácia: A eficácia da contratação será garantida pela escolha de uma empresa especializada, com comprovada capacidade técnica e operacional para gerenciar todas as etapas do certame. A expertise da contratada assegurará que os objetivos sejam alcançados.

Eficiência: A eficiência será maximizada por meio de uma gestão profissional e dedicada dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. A empresa contratada terá a responsabilidade de otimizar o uso dos recursos, assegurando que todas as atividades sejam concluídas dentro dos prazos estipulados e que o projeto seja conduzido de forma transparente e com o mínimo de desperdício. A utilização de ferramentas tecnológicas avançadas e de processos bem definidos contribuirá para uma execução ágil e eficaz.

Melhor aproveitamento dos recursos humanos: A contratação proporcionará um melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, tanto na administração pública quanto entre os servidores participantes. Ao realizar o concurso para novos servidores não só

eleva a qualidade do ensino, mas também valoriza os profissionais da educação, potencializando suas habilidades e permitindo que atuem de maneira mais eficaz em suas funções. Além disso, a equipe interna do IFPB que acompanhará a execução será fortalecida, adquirindo novas competências em gestão e execução de projetos educacionais.

**Melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros:** A centralização das atividades permite um melhor controle e aproveitamento dos recursos materiais e financeiros. Os investimentos serão otimizados, garantindo que cada recurso alocado contribua diretamente para o alcance dos objetivos do projeto. A prestação de contas detalhada e a gestão financeira rigorosa assegurarão a transparência e a eficiência na utilização dos recursos, evitando desperdícios e maximizando os resultados.

12.2 Em resumo, a contratação almeja não apenas alcançar os objetivos específicos, mas também gerar impactos positivos duradouros na educação e no desenvolvimento sustentável do país, promovendo a eficiência, eficácia e economicidade no uso dos recursos públicos.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Para viabilizar a contratação e consecução do seu objeto, o IFPB deverá adotar as seguintes providências:

- I. Constituir comissão interna que irá acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços de concursos públicos. Essa equipe deve ser composta por servidores qualificados, com experiência nas áreas relacionadas ao projeto;
- II. Designar um fiscal de contrato de execução dos serviços de concursos públicos;
- III. Viabilizar junto a contratada a emissão de Guia de Recolhimento da União para as taxas de inscrição;
- IV. Realizar o provisionamento de recursos orçamentários e financeiros com vistas ao pagamento dos custos do certame.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Visando as melhores práticas da Administração Pública, durante a execução do contrato a contratada deverá respeitar, especialmente as normas relativas a:

1. disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados na prestação do serviço;
2. utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e recursos naturais; e,
3. acessibilidade para o deslocamento, acomodação e atendimento às necessidades por parte de pessoas com deficiência e/ou com mobilidade reduzida (NBR 9050).

14.2 Considerando a Política Global para o Desenvolvimento Sustentável prevista na Agenda 2030, que tem como objetivo elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, principalmente os ODS 4 e 8, deverá ainda:

- ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
- ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.

14.3 Especificamente no âmbito do projeto proposto, é importante considerar os possíveis impactos ambientais que podem surgir durante a sua execução e as respectivas medidas de mitigação que serão adotadas para sanar os riscos ambientais existentes. A seguir, são detalhados esses impactos e as ações planejadas para minimizá-los:

Consumo de energia elétrica:

**Impacto:** A execução do projeto pode levar a um aumento no consumo de energia elétrica, principalmente devido à utilização contínua de servidores, equipamentos de informática e outros recursos tecnológicos.

**Medidas de mitigação:** Para mitigar esse impacto, é possível adotar práticas de eficiência energética, como a utilização de equipamentos com baixo consumo de energia, a implementação de políticas de desligamento automático de sistemas e a utilização de fontes de energia renovável, quando possível. Além disso, é recomendável realizar a manutenção periódica dos equipamentos para garantir seu funcionamento eficiente e minimizar o desperdício de energia.

Produção de resíduos eletrônicos:

**Impacto:** A execução do projeto pode gerar resíduos eletrônicos, como peças de computadores e outros equipamentos tecnológicos obsoletos ou danificados durante o processo.

**Medidas de mitigação:** A gestão adequada desses resíduos é essencial para evitar impactos ambientais negativos.

**Medidas incluem** a reciclagem dos componentes eletrônicos em empresas certificadas, a doação de equipamentos ainda funcionais a instituições de ensino ou organizações sociais, e a implementação de um programa de logística reversa para garantir o descarte correto dos resíduos eletrônicos.

Impressão e uso de papel:

**Impacto:** A necessidade de impressão de provas, documentos administrativos, relatórios ou outros materiais resultam em consumo de papel e, conseqüentemente, em impacto ambiental.

**Medidas de mitigação:** Para reduzir o uso de papel, é recomendável adotar uma política de impressão consciente, utilizando papel reciclado e imprimindo apenas o que for absolutamente necessário. Sempre que possível, deve-se optar pelo armazenamento e compartilhamento digital de documentos, utilizando assinaturas eletrônicas e plataformas colaborativas para reduzir a necessidade de

documentos impressos.

#### Emissões de CO2 de deslocamentos:

**Impacto:** Em algumas etapas do projeto, como reuniões presenciais ou treinamentos, pode haver a necessidade de deslocamentos de equipe, o que contribui para emissões de CO2.

**Medidas de mitigação:** Para mitigar esse impacto, é possível reduzir ao máximo os deslocamentos, promovendo reuniões e treinamentos online. Quando o deslocamento for inevitável, deve-se priorizar o uso de transporte coletivo, caronas compartilhadas ou veículos elétricos, além de considerar a compensação de carbono através de programas de reflorestamento ou outros projetos ambientais.

14.4 Ao implementar essas medidas, pode-se minimizar os impactos ambientais, contribuindo para a sustentabilidade e demonstrando o compromisso da administração pública com a responsabilidade ambiental em todas as suas atividades.

14.5 O concurso pode gerar resíduos sólidos, principalmente durante a aplicação das provas, como papel usado, cadernos de provas, folhas de respostas, envelopes, etiquetas e outros materiais.

Propõe-se o uso de materiais recicláveis e biodegradáveis, sempre que possível, para reduzir o impacto ambiental dos resíduos. Além disso, é recomendável que todo o material de descarte seja encaminhado para reciclagem, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

14.6 Em todas as fases do concurso, há um elevado consumo de papel, desde o edital até a aplicação e correção das provas. O uso de papel reciclado ou certificado, proveniente de fontes sustentáveis, deve ser priorizado para minimizar o impacto no consumo de recursos naturais.

Recomenda-se a implementação de um sistema digital para as inscrições e para a divulgação de resultados e comunicados, limitando a impressão apenas ao estritamente necessário. Isso reduzirá o consumo de papel, tinta e outros materiais.

14.7 O concurso poderá aumentar o consumo de energia e água nas instalações onde as provas serão aplicadas, especialmente em locais com grande concentração de candidatos. Sugere-se a adoção de práticas de economia de energia, como a utilização de iluminação e climatização apenas quando necessário, além de conscientizar as equipes envolvidas sobre a importância de minimizar o uso de recursos. Caso possível, deve-se optar por instalações que adotem práticas de sustentabilidade, como uso de energia renovável e sistemas de captação de água da chuva.

14.8 O transporte de materiais e o deslocamento de candidatos e profissionais até os locais de prova geram emissões de CO<sub>2</sub>, contribuindo para a pegada de carbono do evento. Recomenda-se a contratação de transporte coletivo para a equipe de aplicação e o uso de veículos que adotem práticas de compensação de carbono ou a aquisição de crédito de carbono. Também pode ser incentivado que candidatos optem por transporte público ou formas de mobilidade sustentável, sempre que possível.

14.9 Quanto a Acessibilidade e Infraestrutura Sustentável, sugere-se que os locais de prova adotem medidas de acessibilidade e infraestrutura sustentável, assegurando que as áreas de aplicação estejam em conformidade com normas de acessibilidade e que não impactem negativamente o entorno ou o meio ambiente. Propõe-se, ainda que, sempre que possível, sejam escolhidos locais de prova com certificação de sustentabilidade, que adotem práticas ambientais e que estejam próximos a pontos de transporte público para facilitar o acesso dos candidatos sem necessidade de grandes deslocamentos.

14.10 Propõe-se a inclusão de mensagens de conscientização ambiental nos materiais de comunicação com os candidatos, como instruções para descarte adequado de resíduos e incentivo à economia de recursos. Recomenda-se que a equipe envolvida no concurso receba orientações sobre práticas sustentáveis, promovendo uma cultura de responsabilidade ambiental em todas as etapas do processo.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

O serviço é necessário para recomposição do quadro de servidores efetivos do IFPB e a contratação está de acordo com os princípios da administração pública. Finalmente, o estudo preliminar evidenciou que a contratação da solução se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Declara pois esta Equipe de Planejamento que a contratação pretendida é viável, considerando que o objeto da contratação está claro e justificado; os requisitos relevantes da contratação foram adequadamente relacionados e analisados; a análise de mercado foi devidamente realizada e demonstrou capacidade em atender ao objetivo da contratação; o modelo de prestação de serviços sugerido é apropriado e plenamente compatível com a Instituição, especialmente do ponto de vista legal; os riscos e impactos relevantes foram satisfatoriamente levantados e considerados no planejamento. Portanto, demonstra a viabilidade técnica e econômica da solução identificada, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DANIEL VITOR DE OLIVEIRA NUNES**

Membro da comissão de contratação

**JOAO EMERSON RODRIGUES DA SILVA**

Membro da comissão de contratação

**VILANNI CAVALCANTI DIAS DECUSSATTI**

Membro da comissão de contratação